



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 3/2014

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 12 de fevereiro de 2014

----- Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo dos Santos Gonçalves, José Carlos da Palma Pereira, Paulo Jorge Cavaco Paulino, Dalila Manuela Costa Barros e José D'Assunção Pereira Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 02/2014, da reunião pública ordinária realizada no dia 22 de janeiro de 2014, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

6 A

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º29) respeitante ao dia 11 de fevereiro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.756.984,96 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 1.435.988,59 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil novecentos e oitenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 313.232,05 (trezentos e treze mil duzentos e trinta e dois euros e cinco cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O Presidente, Sr. Osvaldo Gonçalves interveio para referir a necessidade de inclusão, na ordem do dia/trabalhos, dos seguintes assuntos: **“ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO”**; **“CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DO PESSEGUEIRO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO”**; **“ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CELEBRAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO”**; **“ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO/MARTIM LONGO/INTER-VIVOS – ISENÇÃO DE TAXAS DE RUÍDO”**. Referiu ainda que o ponto **“CONTRATO DE COMODATO ENTRE A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM”** iria ser retirado da ordem do dia/trabalhos, para esclarecimentos adicionais.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, incluir os assuntos atrás mencionados, na ordem do dia/trabalhos, bem como concordar com a retirada do ponto. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para solicitar cópia da Ata, da reunião de 08 de janeiro, uma vez que a mesma sofreu pequenas



alterações, ao qual lhe foi transmitido que a Ata seria remetida, com a maior celeridade possível. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **I REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal aprovar a inclusão de novas classificações económicas, que não foram consideradas no Orçamento inicial para o ano de 2014, e que permitirá o incentivo da fixação de jovens no concelho de Alcoutim, assim como o desenvolvimento de competências necessárias para a sua futura integração no mercado de trabalho. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para solicitar esclarecimentos, nomeadamente se a verba a retirar, no montante de € 181.939,00 (cento e oitenta e um mil novecentos e trinta e nove euros), referente à classificação económica de Instalações e Fundos Autónomos da Administração Central, não irá ser necessária. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para explicar que a atual revisão prende-se principalmente com a insuficiência de saldo e por ter sido detetado pelos Serviços de Contabilidade, uma anomalia na classificação Económica 10 0606 da orgânica 0101. Mencionou ainda que a transferência da verba deve-se ao facto de nos últimos 2 (dois) meses ter ocorrido um grande afluxo de candidaturas a estágios profissionais, e como tal foi necessário essa retificação/alteração. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que compreende a inclusão de rubricas novas e a divergência detetada, bem como a verba que foi transferida para a classificação económica dos bancos, porém solicitou explicação sobre se a verba que referiu na sua anterior intervenção, não será necessária futuramente. -----

Rf

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que teve o cuidado de consultar os técnicos dos Serviços de Contabilidade, no sentido de existir uma verificação atenta, e como tal julga que a rubrica não ficará defraudada. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que o Orçamento só se consegue aumentar se existir uma revisão ou uma revisão de inclusão do saldo do ano anterior, e como tal é da opinião que se houve no orçamento uma verba contemplada para a classificação económica/ encargos com instalações, apesar de ser uma estimativa, era uma verba necessária e que poderá fazer falta até ao final do ano. Continuou referindo que quando se retira um valor de uma rubrica é muito complicado repor, uma vez que tem que ser libertado de outra rubrica, sendo certo que poderá existir uma alteração orçamental. Ainda mencionou que acha “*estranho*” não ter existido ponderação, em relação a estas situações, aquando da elaboração do documento, e que uma revisão orçamental nunca ocorreu no primeiro mês de execução do Orçamento. Concluiu a sua intervenção referindo que o Orçamento não foi bem planeado e organizado, uma vez que já existia intensão de avançar com estas políticas (com estágios profissionais), que deveriam ter sido incluídas atempadamente. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, interveio para frisar que aquando da aprovação do orçamento, o Vereador Sr. José Carlos Pereira poderia ter alertado para essa situação, e que não é intenção do executivo inviabilizar as candidaturas aos estágios dos “*nossos*” jovens só porque a verba não está orçamentada, e como tal é da opinião que sendo possível efetuar a alteração e com ela viabilizar os estágios, seria até injusto não fazer essa modificação/alteração. -----

----- O Vereador Sr. José Galrito usou da palavra para mencionar que as considerações apresentadas pelo Vereador Sr. José Carlos Pereira são legítimas, pois também as fazia, enquanto oposição. Continuou referindo que a problemática dos estágios é recente, no entanto, é da opinião que a Edilidade tem responsabilidade acrescida para proporcionar a todos os jovens, estágios profissionais, para progressão de carreira. -----



----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que concorda com estas políticas/estágios, pois também existiam anteriormente, todavia, critica a forma de organização e planeamento existente, pois poderia ter havido outra solução, nomeadamente um reforço na rubrica aberta para pagamento de estágios. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos Srs. Vereadores José Carlos Pereira e Dr.^a Dalila Barros, aprovar os documentos em epígrafe, e remete-los à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO ESPAÇO GUADIANA (SALÃO DE FESTAS) – Aprovação do Projeto de Execução e Abertura de**

Concurso: Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal aprovar: -----

1. O Projeto de Execução, Processo de Concurso, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição para a execução da Empreitada do Espaço Guadiana (Salão de Festas) e, se proceda a abertura de concurso público, nos termos do Código dos Contratos Públicos; -----

2. A Constituição do Júri para o concurso, de acordo com a informação da DOPGU. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA EN122.1/EN124 – TROÇO ALCOUTIM/CORTE SERRANO – 2.^a FASE – MARTIM LONGO/CORTE**



SERRANO – Validação do Plano de Sinalização Temporária na Via Pública: Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal proceder à validação do Plano de Sinalização Temporário na via pública da Empreitada de Beneficiação da EN 122.1/EN 124 Troço Alcoutim/Corte Serranos – 2.^a Fase – Martim Longo/Corte Serranos, bem como dar conhecimento do mesmo, às partes interessadas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **VSITORIA DE SALUBRIDADE DE EDIFICIO – BALURCO DE BAIXO/ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do Senhor Vice-Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar informar os proprietários das edificações indiciadas, para que estes tomem as medidas relatadas no Auto de Vistoria, elaborado pela Comissão de Vistorias, no prazo de 90 (noventa) dias, bem como que seja informado o reclamante do teor da informação da Comissão de Vistorias. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE/REQUERENTE: Carla Reigadinha – Santa Justa:** Foi presente um requerimento apresentado pela Sr.^a. Dr.^a. Carla Regina Faleiro Reigadinha solicitando parecer onde conste que da constituição em regime de compropriedade não resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de

f R

setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade dos prédios rústicos, descritos pelo artigo matricial 24.º e secção 073, com uma área de 6.360,00 m², no sítio de Cerca da Soalheira/Santa Justa / Martim Longo, em nome de Cabeça de Casal de herança de Maria Joaquina e artigo matricial 919.º, com uma área de 377,00 m² (SC 111,15 m², SD 265,85 m²), sito em Santa Justa/Martim Longo) em nome de Cabeça de Casal de herança de Maria Joaquina, e que se destina, segundo informações da requerente, para fins agrícolas e habitacionais. -----

----- Os referidos prédios rústicos serão compostos por 3 (três) compartes, cabendo 2/18 em nome de Maria Rosa Campos Miguel, 8/18 em nome de Pedro Miguel Campos e 8/18 em nome de Ana Isabel Campos Miguel. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável, face à pretensão da requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE/REQUERENTE: Artur Jorge Teixeira Godinho:** Foi presente um requerimento apresentado pelo Sr. Dr. Artur Jorge Teixeira Godinho solicitando parecer onde conste que da constituição em regime de compropriedade não resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade do prédio rústico, descrito pelo artigo matricial 91.º e secção 3, com uma área de 6.040,00 m², no sítio da Rochinha/Giões, em nome de Cabeça de Casal de herança de António Dias Martins, e que se destina, segundo informações da requerente, para fins agrícolas. -----

1 R

----- O referido prédio rústico será composto por 2 (duas) partes, cabendo 1/2 em nome de Maria dos Anjos da Palma Dias Martins e 1/2 em nome de Vera Lúcia Henrique Palma. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável, face à pretensão da requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE/**

REQUERENTE: Artur Jorge Teixeira Godinho: Foi presente um requerimento apresentado pelo Sr. Dr. Artur Jorge Teixeira Godinho solicitando parecer onde conste que da constituição em regime de compropriedade não resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade do prédio rústico, descrito pelo artigo matricial 16.º e secção 029, com uma área de 44.880,00 m², no sítio Balrrões/Giões, em nome de Cabeça de Casal de herança de António Dias Martins, e que se destina, segundo informações da requerente, para fins agrícolas. -----

----- O referido prédio rústico será composto por 2 (duas) partes, cabendo 1/2 em nome de José Manuel da Palma Martins e 1/2 em nome de Maria Deolinda da Palma Martins Cavaco. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável, face à pretensão da requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM PARA O ANO DE 2014 – Ratificação:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, delibere ratificar o despacho do dia 29 de janeiro de 2014, e cujo teor aqui se transcreve: *“porque não se mostra possível convocar uma reunião extraordinária para discussão e aprovação do assunto – atribuição do Cartão Social do Município de Alcoutim para o ano de 2014, ainda no decorrer do mês de janeiro, em função e para que os agregados beneficiem dos apoios neste mês, ao abrigo do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 137.º do Código Administrativo, avoco a competência da Câmara Municipal para atribuir o Cartão Social do Município de Alcoutim para o ano 2014 aos beneficiários, sendo o despacho presente na próxima reunião do órgão executivo para ratificação”*.-----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para mencionar que após a reunião foi alertado para a consequência da não aprovação do ponto, e que a primeira solução que lhe ocorreu foi a marcação de uma reunião extraordinária, contudo, por impossibilidade de agenda essa solução não foi possível, e nesse sentido elaborou um despacho a autorizar que os agregados beneficiassem do Cartão Social, no decorrer do mês de janeiro, avocando a competência da Câmara Municipal para essa decisão. Continuou mencionando que houve precipitação da sua parte, na retirada do ponto, uma vez que as dúvidas apresentadas pela Vereadora Sr.ª Dr.ª Dalila Barros prendiam-se com a parte do Regulamento, designadamente com os critérios utilizados e não com o documento/informação em si. Finalizou referindo que admite não ter feito uma avaliação correta no momento e ter retirado o ponto. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que o ponto foi retirado porque surgiram dúvidas em relação a alguns agregados familiares que constavam na listagem, e como tal gostaria que

houvesse um esclarecimento, por parte do Sr. Presidente, nomeadamente se o Gabinete de Ação Social clarificou o facto de existirem e/ou constarem empresários ou não nessa lista, porque tem conhecimento que existe um munícipe beneficiário do Cartão Social que é empresário, e como tal é da opinião que por uma questão de justiça, legalidade e transparência, o assunto deveria ser melhor fundamentado, para votar em consciência. -----

----- O Vereador Sr. José Galrito interveio para frisar que de facto existiu uma precipitação, na retirada do ponto, mas que concorda que existam dúvidas, adiantando que é da opinião que devido às mesmas, as reuniões de câmara tornam-se mais esclarecedoras sobre determinados assuntos. De seguida mencionou que o Regulamento já tem alguns anos, que vem do anterior mandato e que os técnicos que trabalham na área, com bastante experiência, filtram os candidatos em função do regulamentado, porém existe a possibilidade, caso o entendam, uma possível alteração/modificação. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que não está em causa os técnicos nem o Regulamento, mas sim as dúvidas existentes, e para as quais solicita explicação, uma vez que ainda não foi esclarecido, como ocorreu com o Sr. Presidente, e nesse sentido solicita autorização para consultar dois/três processos de agregados familiares, que constam na listagem em anexo à informação técnica. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar novamente que a sua atitude, de retirar o ponto, foi precipitada e que teve a ver com uma dúvida que surgiu com a palavra empresa/empresário, porém obteve esclarecimentos da Técnica de Ação Social, logo após a reunião, e ao qual foi informado que todos os munícipes, da listagem em anexo à informação, encontram-se visados pelo Gabinete de Ação Social e de acordo com o regulamentado. -----

----- A Vereadora Sr.^a Dr.^a Dalila Barros interveio para agradecer ao Sr. Presidente a cópia do Regulamento, porém já tinha em sua posse um exemplar. Continuou referindo, em resposta ao Vereador Sr. José Galrito, que havia assuntos, no passado, que não concordava e continua a não concordar, e como tal votará contra o assunto em discussão, não por estar contra a existência do Cartão Social ou contra a inclusão de munícipes com baixo

rendimentos, mas sim pelos critérios usados no Regulamento. Findou referindo o lema do Partido Socialista “*Alcoutim é para todos...*”, e nesse sentido espera que seja para todos mesmo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (um) voto contra da Vereadora Sr^a. Dr^a Dalila Barros e 1 (uma) abstenção do Vereador Sr. José Carlos Pereira aprovar a atribuição do Cartão Social aos agregados familiares constantes na referida informação. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar: “*Abstenho-me porque continuo com as mesmas dúvidas e com a mesma falta de esclarecimento que solicitei na última reunião, e do motivo que levou à retirada do ponto. Tenho dúvidas que alguns agregados familiares apresentados nesta listagem, se enquadrem nos critérios atribuídos do Cartão Social do Município, uma vez que alguns são conhecidos como empresários, e assim sendo, os critérios que são evocados no despacho, de legalidade, de justiça e de transparência são colocados em causa e porque não fui esclarecido devidamente, apresento a razão da minha abstenção*”.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de Janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ENCAMINHAMENTO DE MUNICIPE PARA CONSULTA DE**

ALCOOLISMO – Internamento em Comunidade Terapêutica: Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao encaminhamento e internamento do munícipe António Manuel Afonso Rita, em Comunidade Terapêutica, durante 12 meses, para tratamento de desabituação do consumo de álcool e aquisição de competências sociais e relacionais. -----

----- A Vereadora Sr^a. Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para questionar o Presidente de Câmara se já foi efetuado outro tratamento a este munícipe e se o mesmo se encontra disponível para o fazer, ao qual foi respondido pela técnica de Ação Social, Sr^a. Dr^a. Josélia Palma que o munícipe apenas

frequenta as consultas de ambulatório, encontrando-se empenhado e com o devido apoio da família, na concretização do referido tratamento. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento da mensalidade, no valor de € 315,00 (trezentos e quinze euros) à Comunidade Terapêutica Horta Nova da Cáritas Diocesanas de Beja, durante 12 meses, para tratamento de desabituação do consumo de álcool e aquisição de competências sociais e relacionais, do munícipe António Manuel Afonso Rita. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ALCOUTIM – Designação de Representante:** Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à designação de um novo membro ou prorrogação, pelo período de 1 (um) ano, da representante do Município, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcoutim. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para questionar se os representantes que integram a Comissão, e que constam da tabela anexa à informação, também sofrem alterações, uma vez que existem nomes de representantes que já não integram os órgãos para os quais foram eleitos. Foi de imediato esclarecido que os mesmos já se encontram substituídos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade autorizar a prorrogação da representante do Município, a Sr.ª. Dr.ª Josélia Palma, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcoutim. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO DA DIABETES MELLITUS E DE APOIO DIABÉTICO DO ALGARVE (AEDMADA):** Foi presente uma minuta do protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita

para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente Ata, e que tem como objeto regular a colaboração a estabelecer entre o Município de Alcoutim e a Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus, no apoio ao diabético, no âmbito do projeto “Apoio ao Diabético do Algarve”, comprometendo-se o Município de Alcoutim atribuir à AEDMADA, a verba de € 4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o referido Protocolo de Colaboração. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO DE COMODATO ENTRE A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM:** Assunto retirado. ---

----- **ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO E A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM:** Foi presente uma minuta do Acordo em epígrafe, ao qual se dá por transcrito para todos os efeitos legais e fica arquivado em pasta anexa à presente Ata, e que tem como objetivo contribuir para a reinserção profissional da população desempregada no concelho de Alcoutim. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, interveio para explicar que o Acordo em discussão permite a colaboração entre a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro e a Câmara Municipal, no sentido de existir a disponibilidade de colaboradores/trabalhadores, que foram inscritos em face de candidatura, no Centro de Emprego e Formação Profissional, por força da não renovação do contrato de trabalho, no passado mês de novembro, e que se encontram a trabalhar para a Autarquia. Findou referindo que a intenção do executivo camarário era colocar igualmente o Centro de Emprego e Formação Profissional como parceiro neste Acordo de Cooperação, no entanto, devido à falta/atraso de resposta por parte do mesmo, a Edilidade tomou a liberdade de avançar com o referido Acordo, uma vez que existiam colaboradores que não possuíam condições para trabalhar, nomeadamente por falta de seguro. -----

FR

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que o objetivo deste Acordo de Cooperação tem a ver com a integração de colaboradores/trabalhadores na Edilidade, e que é competência das duas entidades (União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro e Câmara Municipal) a sinalização, identificação/encaminhamento e apresentação de candidaturas, de pessoas em situação de desemprego, como referido pelo Sr. Presidente, porém gostaria de saber a razão de ser efetuado o Acordo só com a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, e não com outras Juntas de Freguesia/Associações do concelho. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para mencionar que este Acordo de Cooperação surgiu da necessidade de integrar os colaboradores o mais breve possível, no entanto, a Câmara Municipal encontra-se “aberta” para elaborar/contratualizar Acordos de Cooperação com outras entidades. -----

----- O Vereador Sr. José Galrito interveio para frisar que a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro não poderá efetuar novamente este tipo de candidaturas, num período de tempo, e com tal para criar uma dinâmica de emprego, a Autarquia deverá contratualizar parcerias com outras entidades.--

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para questionar o Sr. Presidente sobre a contrapartida que a Câmara Municipal concede à União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro ou a outra entidade. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para mencionar que a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro surge no Acordo de Cooperação como “benfeitora” do aspeto social e “hospedeira” da candidatura e que os custos inerentes com os colaboradores/trabalhadores serão suportados pela Câmara Municipal. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que a dúvida que têm prende-se principalmente com os custos com os colaboradores/trabalhadores, uma vez que na alínea c) da Cláusula Primeira do Acordo de Cooperação vem mencionado que a Junta de Freguesia compromete-se: “c) Suportar os encargos financeiros referentes à percentagem não participada pelo IEFPI.P, nas candidaturas por si apresentadas”, e como tal é da opinião que o teor do Acordo deverá ser



analisado/revisto e aprovado numa próxima reunião, uma vez que não se encontra explanado em qualquer parte do mesmo, como referido pelo Presidente, que os custos são suportados pela Autarquia, tendo de seguida o Presidente Sr. Osvaldo Gonçalves alertado o Vereador para a leitura da alínea c) da cláusula segunda, sobre a contrapartida da Câmara Municipal, e chegado à conclusão que a melhor medida era a retirada do ponto para retificação do Acordo. -----

----- O Vereador Sr. José Galrito interveio para sugerir que deverá existir uma adaptação ao texto, por forma a ser mais esclarecedor e colocar à votação o Acordo com essa alteração, dado que devemos ter em conta a situação dos colaboradores. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para mencionar que deverá existir uma alteração no teor do Acordo, para que não exista uma má interpretação, e como tal suspende a reunião por 5 (cinco) minutos. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para sugerir que o assunto deverá ser estudado pelo Gabinete Jurídico para verificação da legalidade, nomeadamente se a Câmara Municipal poderá suportar os custos com outra entidade. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves retomou a reunião mencionando que o assunto será retirado, para esclarecimentos adicionais, dando seguimento à ordem de trabalhos. -----

----- **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere atribuir a comparticipação financeira no montante de € 2.000,00 (dois mil euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, para fazer face a despesas com a pintura exterior do Quartel dos BVA e construção de abrigo para viaturas. -----



----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira, não participou na discussão e votação, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DO PESSEGUEIRO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere atribuir a comparticipação financeira no montante de € 500,00 (quinhentos euros) ao Centro Cultural e Recreativo do Pessegueiro, para fazer face às despesas com o VI Passeio de Jipes “Por Maus Caminhos”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEBRAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere atribuir a comparticipação financeira no montante de € 100,00 (cem euros), à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, para fazer face ao 25.º Corta Mato Nacional das Amendoeiras em Flor, para atletas com Deficiência. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade,

aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO/MARTIM LONGO/INTER-VIVOS – ISENÇÃO DE TAXAS DE RUÍDO:**

Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, no sentido da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e Outras Receitas, reconheça a concessão da isenção de taxa de ruído requerida pela Associação “Inter-Vivos”, no âmbito do aniversário, a realizar no dia 22 de fevereiro. ---

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, João Dias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário